



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

RAFAELLA CASTRO GOMES

**CHAMADA JORNALÍSTICA E RESENHA: A REVISÃO SOB OS
ÂMBITOS MICRO E MACROESTRUTURAL**

Brasília
2015

RAFAELLA CASTRO GOMES

**CHAMADA JORNALÍSTICA E RESENHA: A REVISÃO SOB OS
ÂMBITOS MICRO E MACROESTRUTURAL**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto.

Orientadora: Prof^a. Dra. Edineide dos Santos Silva

Brasília
2015

RAFAELLA CASTRO GOMES

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para a obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão de Texto.

Orientadora: Prof^a. Dra. Edineide dos Santos Silva

Brasília, ____ de _____ de 2015.

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Solange de Carvalho Lustosa

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Maria Ilsa e Carvalho Gomes; aos meus tios, Sônia Maria e Raimundo Melo; aos meus amados irmãos, Daniela e Rafael; aos amigos queridos. Vocês são a minha fortaleza!

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me concedeu a vida e muita saúde.

À professora Dra. Edineide dos Santos Silva, pela excelente orientação, regida sempre com muita paciência e competência.

Ao professor Dr. Harrison da Rocha, coordenador do curso de Revisão de Texto, que me inspirou a produzir este trabalho.

Aos professores do curso de Revisão de Texto, que me incentivaram a persistir durante a jornada e contribuíram para o meu desenvolvimento profissional.

Aos meus pais, Maria Ilsa e Carvalho Gomes, que sempre me apoiaram com muito amor e carinho nas minhas decisões.

Aos meus tios, Sônia Maria e Raimundo Gomes, que me deram muita força e depositaram total confiança no meu potencial.

Aos demais familiares, que estão sempre torcendo pelo meu sucesso.

Aos meus amigos, em especial às amigas Andreza Matias e Marina Mercante, que além de colegas de curso foram companheiras, inspiradoras e, sobretudo, amorosas.

Aos que não foram citados e contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

“Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio”.

Paulo Freire

RESUMO

A pesquisa apresenta os motivos pelos quais a revisão textual deve ultrapassar os limites gramaticais dos textos. Por meio de dois textos coletados de diferentes contextos, mostrou-se a importância do olhar crítico do revisor diante de gêneros textuais distintos. Para alcançar o objetivo principal do trabalho, partiu-se, inicialmente, dos pressupostos teóricos, para isso apresentou-se o conceito de texto, domínio discursivo, gênero e tipologia textual, revisão e papel do revisor. A constatação da teoria deu-se a partir da análise de uma chamada jornalística e de uma resenha. O estudo permitiu compreender que, assim como a avaliação dos elementos gramaticais, a análise discursiva, ideológica e até mesmo multimodal faz-se essencial à construção do sentido textual.

Palavras-chave: Chamada. Resenha. Revisão. Revisor. Texto.

ABSTRACT

This research shows the reasons that the text review must have the text grammar limits overtaken. After collecting two different texts, used in different contexts, the importance of the reviser's critical sight, analyzing distinct textual genres, was shown. To reach the aim of this work, first of all, through the theoretical assumptions, the concepts of text, discursive domain, genre, textual typology and reviser's role were presented. The theory's confirmation came from a breaking news and from a digest analysis. This work allowed to understand that, just like the evaluation of grammar elements, the discursive, ideological and, even, the multiform analysis are essential to build up the meaning in the text.

Key-words: Breaking news. Digest. Review. Reviser. Text.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	11
1.1 Breves considerações acerca do conceito de texto.....	11
1.1.1 <i>Aspectos micro e macroestrutural.....</i>	<i>13</i>
1.2 Gêneros textuais e suas especificidades, tipologia textual e domínio discursivo.....	14
1.2.1 <i>Gêneros textuais e suas especificidades.....</i>	<i>15</i>
1.2.2 <i>Tipologia textual.....</i>	<i>17</i>
1.2.3 <i>Domínio discursivo.....</i>	<i>18</i>
1.3 Caracterização dos objetos de estudo.....	19
1.4 Critérios para a revisão textual.....	22
1.4.1 <i>Atribuições do revisor.....</i>	<i>25</i>
2 ANÁLISE DOS OBJETOS DE ESTUDO	29
2.1 Chamada jornalística.....	29
2.2 Resenha.....	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS.....	48

INTRODUÇÃO

A supervalorização da norma culta da língua portuguesa está cada vez mais evidente na sociedade atual. A preocupação em produzir textos bem elaborados ocorre em decorrência do aumento do nível de exigência dos leitores. É a partir deste ponto que surge o interesse, por parte do autor, em buscar os serviços de um bom revisor.

É sabido que ter domínio da norma padrão da língua portuguesa é, sem dúvida, uma habilidade exigida a todo revisor, afinal aquele que se propõe a revisar textos precisa ter amplo conhecimento gramatical. Contudo, esta não deve ser a única preocupação do profissional. O texto precisa ser visto em diferentes ângulos, sob diferentes perspectivas.

Defende-se neste trabalho a revisão de textos tanto sob o âmbito micro quanto macroestrutural. Considera-se que a depender da prática social que se pretende alcançar, outros fatores devem ser analisados pelo revisor de modo cuidadoso. O profissional tem o papel de reconhecer a diversidade dos gêneros textuais, a singularidade dos textos e compreender que estes pertencem a diferentes domínios discursivos, portanto, devem ser tratados de modo peculiar.

Objetiva-se neste trabalho justificar os motivos pelos quais o revisor deve ultrapassar os limites gramaticais de um texto; mostrar os benefícios da revisão geral e discorrer sobre as reais atribuições do revisor profissional.

Para alcançar tais objetivos procedemos, inicialmente, à pesquisa bibliográfica. O arcabouço teórico cooperou significativamente para a construção do trabalho. Os resultados obtidos se concretizaram por meio da pesquisa de coleta de dados. Os gêneros textuais escolhidos pertencem a domínios discursivos distintos. Um deles foi retirado do ambiente virtual, outro do acadêmico. O primeiro trata-se de uma chamada jornalística, o segundo de uma resenha.

O estudo estruturou-se em dois capítulos. O primeiro apresenta pilares teóricos que sustentam e reforçam os objetivos da pesquisa, e evidenciam o posicionamento de autores renomados de modo conciliatório ao trabalho. O segundo capítulo analisa, minuciosa e separadamente, cada um dos objetos de estudo sob os aspectos micro e macroestruturais.

As questões aqui desencadeadas se atribuem ao reconhecimento profissional do revisor de texto em suas inúmeras funções. O revisor de textos deve ser um profissional capacitado para aplicar a teoria dos gêneros textuais e todas as especificidades da linguagem que se apresentam nas diversas práticas sociais.

1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

1.1 Breves considerações acerca do conceito de texto

A organização social de uma comunidade depende essencialmente da comunicação entre os indivíduos. Independentemente da modalidade que se apresenta, o texto faz-se ponte principal desta interação, é por meio dele que as práticas sociais discursivas se realizam em nosso meio. Diante disso, é possível afirmar que as manifestações textuais cooperam significativamente para as relações humanas.

Ao deparar-se com um texto a ser analisado, o revisor deve ater-se à textualidade e ao gênero textual a que pertence. Já que a missão dada é a de revisar, é comum que se considere apenas os aspectos verbais do texto. Consoante a essa visão limitada, há até quem considere que texto é apenas um emaranhado de palavras isoladas. Seu conceito, no entanto, está para além dessa concepção. É importante frisar que o texto se define não só pela organização linguística, mas também por aspectos tipológicos, visuais, discursivos e ideológicos. Não há como negar que o texto escrito é de fato imprescindível à interação social, entretanto deve-se ressaltar também que, muitas vezes, a construção do sentido depende essencialmente da combinação dos elementos verbais com alguns não-verbais. Alinhando-se a essa posição, Barros (2000, p.7-8) salienta que:

O texto só existe quando concebido na dualidade que o define objeto de significação e objeto de comunicação e, dessa forma, o estudo do texto com vistas à construção de seu ou de seus sentidos só pode ser entrevisto como o exame tanto dos mecanismos internos quanto dos fatores contextuais ou sócio-históricos de fabricação de sentido.

Tomando como base teorias apresentadas acerca do tema, Rocha (2012, p.30) aponta que “as estruturas visuais formam significados como as estruturas linguísticas e por meio disso apontam para diferentes interpretações e diferentes formas de interação social”. A visão defendida pelo autor é que a revisão deve considerar tanto os elementos escritos quanto os semióticos de um texto, porque estes também se responsabilizam pelo sentido e efeitos discursivos nos contextos sociais. Reforçando esta ideia, Marcuschi (2008, p.80) aponta que “o texto é construído numa orientação de multissistemas, ou seja, envolve tanto aspectos

linguísticos quanto não linguísticos no seu processamento (imagem, música) e o texto se torna em geral multimodal”.

Levando em consideração as inúmeras possibilidades interpretativas textuais, discussões de cunho teórico-científico acerca do conceito de texto têm sido realizadas, e estas têm contribuído significativamente para a construção de novos paradigmas. De acordo com Neves e Oliveira (2001), é importante entendermos o texto como uma unidade significativa que ultrapassa os limites da frase e do enunciado, uma competência textual que se inicia a partir da comunicação verbal. Os autores acrescentam ainda que:

[...]qualquer tentativa de definição não é uma questão monolítica, se for considerado o facto de “texto” poder englobar vários significados: uma ou várias sequências ordenadas de palavras, uma obra completa, uma parte de obra, uma imagem até (no caso de uma perspectiva de análise mais lata, como a da semiótica. (NEVES; OLIVEIRA, 2001, p.19)

Para Koch (2003), a definição de texto dependerá da concepção de língua e sujeito. Se considerarmos a língua como representação do pensamento e o sujeito como dono absoluto de seus dizeres, o texto deverá ser visto como um produto do pensamento; mas se a língua for vista apenas como código e o sujeito determinado pelo sistema, o texto será considerado um mero produto da codificação.

Os estudos de Fairclough (2003) definem o texto como qualquer uso real da linguagem. Esta concepção amplia os horizontes da língua colocando em questão o contexto e uso. Reforçando as relações existentes entre texto e contexto, Koch (2001, p.21) argumenta que “[...] toda e qualquer manifestação de linguagem ocorre no interior de determinada sociedade, cujas tradições, cujos usos e costumes, cujas rotinas devem ser obedecidas e perpetuadas”.

Sob a perspectiva de Marcuschi (2008, p.72):

O texto pode ser tido como um tecido estruturado, uma entidade significativa, uma entidade de comunicação e um artefato sócio-histórico. De certo modo pode-se afirmar que o texto é uma (re) construção do mundo e não uma simples refração ou reflexo.

Em complemento a este pensamento, ele acrescenta ainda que “o texto não é simplesmente um artefato linguístico, mas um evento que ocorre na forma de linguagem inserida em contextos comunicativos”. (MARCUSCHI, 2008, pp. 75-76)

As definições apresentadas pelo autor caracterizam o texto não só como uma unidade significativa, mas também como um fato discursivo, um ato de comunicação que institui e organiza as ações humanas interativas.

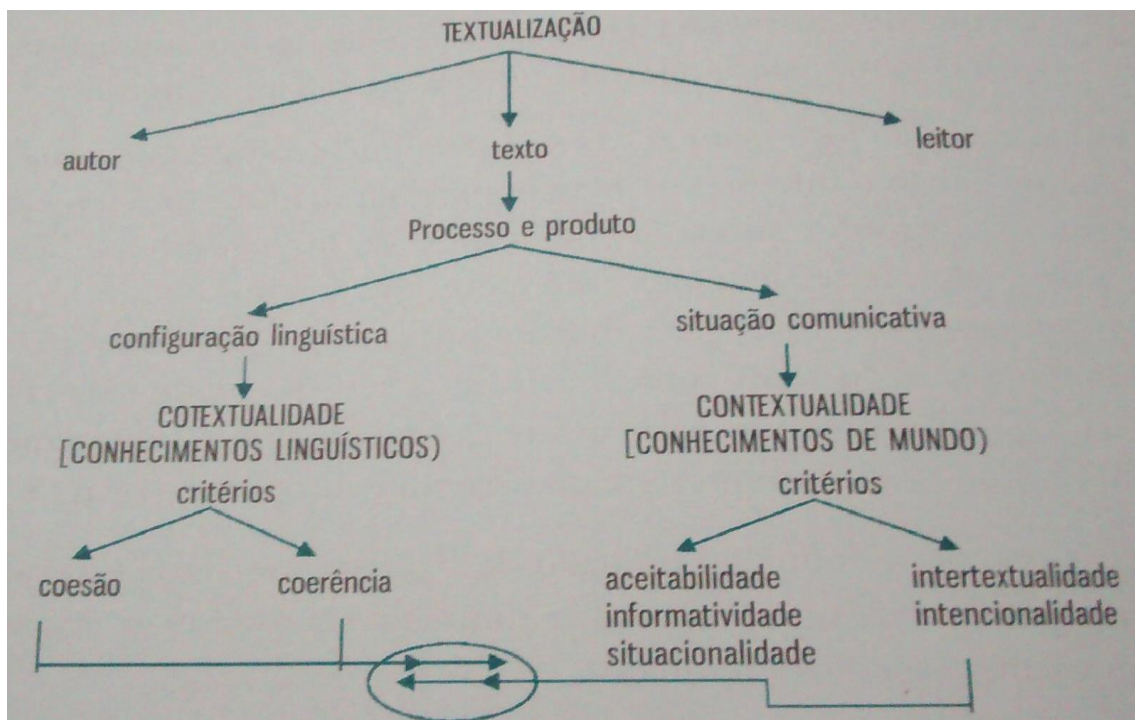
1.1.1 Aspectos micro e macroestrutural

Considerando o contexto e suas relações de significância, o texto compõe-se de elementos micro e macroestruturais. Para Fávero (2003), os aspectos macroestruturais relacionam-se à coerência, à significância global do texto, aos aspectos exteriores, associados ao mundo real. Já os microtextuais referem-se à coesão, aos elementos internos, aqueles que também são responsáveis pela constituição geral do texto. Acerca disso esclarece:

Entendam, então, coesão como um conceito semântico referente às relações de sentido que se estabelecem entre os enunciados que compõem o texto; assim, a interpretação de um elemento depende da interpretação de outro. O sistema lingüístico está organizado em três níveis: o semântico (significado), o léxico-gramatical (formal) e o fonológico ortográfico (expressão). Os significados estão codificados como formas e estas, realizadas como expressões. Desse modo, a coesão é obtida parcialmente através da gramática e parcialmente através do léxico. (...) A coerência, por sua vez, manifestada em grande parte macrotextualmente, refere-se aos modos como os componentes do universo textual, isto é, os conceitos e as relações sub jacentes ao texto de superfície, se unem numa configuração, de maneira reciprocamente acessível e relevante. Assim a coerência é o resultado de processos cognitivos operantes entre os usuários e não mero traço dos textos. (FÁVERO, 2003, p.9-10):

Segundo observado, a boa construção de um texto depende da harmonização dos elementos micro e macroestruturais. Observemos o esquema a seguir, elaborado por Marcuschi, que mostra claramente os critérios gerais da textualidade:

Figura 1: critérios gerais da textualização



Fonte: Marcuschi (2008, p.96)

É certo que o revisor precisará lidar com diversos gêneros e encarar inúmeros desafios profissionais ao longo do exercício de sua profissão. Portanto, para que se realize um bom trabalho, é de suma importância que ele saiba reconhecer o gênero com o qual está lidando, que considere o contexto de circulação, que tenha total domínio dos elementos linguísticos formais da língua e, principalmente, que tenha consciência do real sentido de texto. A defesa deste trabalho pauta-se principalmente no olhar crítico do revisor diante da natureza de diferentes gêneros.

1.2 Gêneros textuais e suas especificidades, tipologia textual e domínio discursivo

1.2.1 Gêneros textuais e suas especificidades

É sabido que os textos sempre se realizam por meio dos gêneros textuais. Logo, a comunicação também só se concretiza com o emprego de algum deles. São os gêneros que ordenam e estabilizam as atividades comunicativas do cotidiano, garantindo ao indivíduo inserção, ação e controle social. Por atuarem em função da sociedade, eles surgem, desaparecem, transformam-se e, sempre que necessário, ajustam-se aos contextos sociais e históricos nos quais estão inseridos.

No ato da revisão, o tratamento dado ao texto dar-se-á mediante identificação do gênero textual. Como “não são fruto de invenções individuais, mas formas socialmente maturadas em práticas comunicativas” (MARCUSCHI, 2003, p.35), para realizar uma boa análise, fazem-se necessários a identificação e o reconhecimento do papel social desenvolvido pelo gênero em questão. Marcuschi (2003, p.19) os interpreta como “entidades sócio-discursivas e formas de ação social incontornáveis em qualquer situação comunicativa”. Para ele, os gêneros surgem e se integram nas culturas em que se desenvolvem, caracterizando-se por suas funções comunicativas, cognitivas e institucionais.

Mais objetivamente, Marcuschi (2008, p.155) define os gêneros textuais como:

Os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam padrões sociocomunicativos característicos definidos por composições funcionais, objetivos enunciativos e estilos concretamente realizados na integração de forças históricas, sociais, institucionais e éticas. [...] os gêneros são entidades empíricas em situações comunicativas e se expressam em designações diversas, constituindo em princípio listagens abertas.

O posicionamento teórico do autor pode ser facilmente constatado em nossas relações sociais diárias. Os textos utilizados no cotidiano têm a função de organizar e garantir o funcionamento da sociedade, independentemente dos costumes e regras adotadas. Ainda na mesma obra, o autor destaca que os gêneros podem pertencer a diferentes discursos sociais, já que são institucionalmente marcados. Afirma que podem pertencer a gêneros textuais com rotinas parecidas que constituem práticas discursivas específicas, denominados também como domínios discursivos.

Em concordância aos conceitos apresentados, Bazerman (2005) acrescenta que por meio dos gêneros, além de organizarmos nossas ações no mundo, também atribuímos significado aos fatos sociais implicados em nossas atividades diárias. Com uma vasta gama de exemplos de atividades sociais que realizamos diariamente em nossa vida, a realidade evidencia-se como um andaime para dizer que os gêneros textuais unificam e organizam as práticas sociais.

O mundo está em constante mudança, por isso se a sociedade evolui, muda e transforma conceitos ao longo do tempo, assim também os gêneros tendem a mudar. Este é um dos fatos a serem considerados no momento da revisão. Por serem composições dinâmicas, históricas e sociais, os gêneros surgem e adaptam-se a contextos sociais específicos, muitas vezes, para atender a diferentes demandas. Em determinadas situações, a análise do contexto social e histórico é decisiva ao comando da revisão.

Tomemos como exemplo a carta, que, ao longo dos anos, vem sofrendo inúmeras modificações em decorrência dos avanços tecnológicos. Antes era produzida em papel e enviada via correio, a informação podia demorar dias ou até meses para chegar ao seu destinatário. Com o acelerado avanço tecnológico, surgiram os computadores, e com isso a internet. Diante da necessidade de acelerar o envio das correspondências e facilitar a comunicação, criou-se o *e-mail*, que assumiu papel fundamental nas relações interpessoais, sociais e até mesmo comerciais. Na posição de ferramenta essencial, tomou grandes proporções e assumiu o lugar das cartas em grande parte dos contextos sociais.

A constante transformação dos telefones celulares também merece destaque no cenário da comunicação. O aparecimento de aplicativos inovadores trouxe inúmeras possibilidades de envio das mensagens. A visão imediatista das gerações contemporâneas exige mais facilidade e rapidez do que o *e-mail* pode proporcionar, por isso, a comunicação por meio dos aplicativos de celulares está cada vez mais comum. Mesmo diante de tantas transformações, cabe ressaltar que a carta não foi extinta, seu fim específico não mudou, a função social ainda é a mesma. De fato esta observação reforça a ideia de que os gêneros têm uma identidade, e, apesar das modificações, continuam exercendo sua função social.

Conforme dito, as relações sociais evoluem e os gêneros acompanham esse fluxo, por isso, até o momento, não foi possível lhes atribuir um quantitativo exato.

Especula-se até que esta é uma questão sem resolução porque a sociedade evolui constantemente e reinventa suas relações comunicativas. Essas são mudanças que não se pode controlar.

Um ponto relevante à revisão textual é o reconhecimento do suporte de aplicação e ambientação dos gêneros. Para que eles funcionem, é necessário que estejam afixados em algum lugar. Tomemos como exemplo o bate-papo virtual, que geralmente é componente das mais diversas redes sociais. Neste caso, o suporte é a rede social, que é o lugar no qual o gênero encontra-se fixado. De modo geral, entende-se por suporte um lugar, espaço ocupado pelo gênero. Assim afirma Marcuschi (2008, p.174):

Entendemos aqui como suporte de um gênero um locus físico ou virtual com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície física em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto.

Atentemo-nos para não confundir suporte com transporte. Enquanto o primeiro refere-se ao lugar ocupado pelo gênero, o segundo é o serviço responsável apenas por transportá-lo, transmiti-lo. Retomando o exemplo do gênero citado anteriormente, entende-se que a rede social é o suporte e a internet o serviço responsável pelo transporte.

1.2.2 Tipologia textual

Por vezes, o conceito de gênero confunde-se ao de tipologia textual. Os gêneros são construídos teoricamente por sequências linguísticas que cooperam para sua real funcionalidade, sequências estas que são designadas como tipos textuais. Diferente dos gêneros, os tipos textuais são finitos, há uma designação teórica acerca deles. Marcuschi (2003) afirma que os tipos textuais são definidos por traços linguísticos predominantes, estes formam uma sequência, não podem ser definidos como textos, porque essa é uma conceituação para os gêneros, eles, sim, são realizações linguísticas concretas e constituem textos empiricamente realizados. Para Marcuschi (2008, p.154):

Tipo textual designa uma espécie de construção teórica (em geral uma sequência subjacente aos textos) definida pela natureza

lingüística de sua composição (aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas, estilo). O tipo caracteriza-se muito mais como sequência lingüística (sequências retóricas) do que como textos materializados; a rigor, são modos textuais. Em geral, os tipos textuais abrangem cerca de meia dúzia de categorias conhecidas como: narração, argumentação, exposição, descrição, injunção. O conjunto de categorias para designar tipos textuais é limitado e sem tendência a aumentar.

Em geral, os gêneros apresentam-se em formatos específicos, por isso, a depender da situação comunicativa, o gênero pode estar composto de um ou mais tipos textuais; é comum que apareçam simultaneamente num mesmo texto. Um gênero poderá, por exemplo, ter essência narrativa, não havendo impedimento, no entanto, de aparecer neste mesmo gênero tipologias descritivas, argumentativas ou até mesmo expositivas. Para Marcuschi (2008), caso ocorra, este fenômeno pode ser designado como *heterogeneidade tipológica*. É mais raro encontrarmos textos com um único tipo textual que com vários. As possibilidades de heterogeneidade são mais triviais em consequência da grande diversidade de gêneros presente nas atividades cotidianas.

1.2.3 Domínio discursivo

O campo de atuação dos textos varia conforme a intencionalidade. Para cada contexto necessita-se de um gênero. É sabido que alguns exigem gêneros específicos para estabelecer a comunicação desejada. No campo acadêmico, por exemplo, temos artigos científicos, resenhas, teses, etc., ou seja, estes correspondem a um conjunto de gêneros que pertencem especificamente ao contexto acadêmico e ensejam alcançar um fim. Conforme Marcuschi (2008, p. 155):

[...] os gêneros são institucionalmente marcados. Constituem práticas discursivas nas quais podemos identificar um conjunto de gêneros textuais que às vezes lhe são próprios ou específicos como rotinas comunicativas institucionalizadas e instauradoras de relações de poder.

O conjunto dos gêneros representativos de certos contextos reafirma o discurso produzido por cada esfera social, ou seja, configura-se como seu domínio discursivo.

1.3 Caracterização dos objetos de estudo

Conforme conceitos apresentados, faremos uma breve explanação dos objetos de estudo deste trabalho. Os gêneros pertencem, respectivamente, ao domínio discursivo jornalístico e acadêmico, conforme destacado na figura a seguir:

Figura 2: Domínios discursivos dos gêneros

DOMÍNIOS DISCURSIVOS	MODALIDADES DE USO DA LÍNGUA	
	ESCRITA	ORALIDADE
INSTRUCIONAL (científico, acadêmico e educacional)	artigos científicos; verbetes de enciclopédias; relatórios científicos; notas de aula; nota de rodapé; diários de campo; teses; dissertações; monografias; glossário; artigos de divulgação científica; tabelas; mapas; gráficos; resumos de artigos de livros; resumos de livros; resumos de conferências; <u>resenhas</u> ; comentários; biografias; projetos; solicitação de bolsa; cronograma de trabalho; organograma de atividade; monografia de curso; monografia de disciplina; definição; autobiografias; manuais de ensino; bibliografia; ficha catalográfica; memorial; curriculum vitae; parecer técnico; verbete; parecer sobre tese; parecer sobre artigo; parecer sobre projeto; carta de apresentação; carta de recomendação; ata de reunião; sumário; índice remissivo; diploma; índice onomástico; dicionário; prova de língua; prova de vestibular; prova de múltipla escolha; diploma; certificado de especialização; certificado de proficiência; atestado de participação; epígrafe	conferências; debates; discussões; exposições; comunicações; aulas participativas; aulas expositivas; entrevistas de campo; exames orais; exames finais; seminários de iniciantes; seminários avançados; seminários temáticos; colóquios; prova oral; arguição de tese; arguição de dissertação; entrevista de seleção de curso; aula de concurso; aulas em vídeo; aulas pelo rádio; aconselhamentos
Jornalístico	editoriais; notícias; reportagens; nota social; artigos de opinião; comentário; jogos; histórias em quadrinhos; palavras cruzadas; crônica policial; crônica esportiva; entrevistas jornalísticas; anúncios classificados; anúncios fúnebres; cartas do leitor; carta ao leitor; resumo de novelas; reclamações; capa de revista; expediente; boletim do tempo; sinopse de novela; resumo de filme; cartoon; caricatura; enquete; roteiros; errata; charge; programação semanal; agenda de viagem; <u>chamada</u>	entrevistas jornalísticas; entrevistas televisivas; entrevistas radiofônicas; entrevista coletiva; notícias de rádio; notícia de tv; reportagens ao vivo; comentários; discussões; debates; apresentações; programa radiofônico; boletim do tempo
Religioso	orações; rezas; catecismo; homilias; hagiografias; cânticos religiosos; missal; bulas papais; jaculatórias; penitências; encíclicas papais	sermões; confissão; rezas; cantorias; orações; lamentações;

Como já dito em momentos anteriores, à medida que se abrangem os recursos tecnológicos, aumenta-se a necessidade de criação de novos gêneros que sejam capazes de atender a diferentes demandas sociais. O fácil acesso à internet incentivou a participação da comunidade nas redes sociais e isso facilitou a interação entre os indivíduos, proporcionando assim maior agilidade no ato comunicativo. Entretanto, o que foi criado inicialmente apenas para divertir usuários, hoje é também núcleo informativo. Em virtude da grande ascensão dos gêneros textuais virtuais, a primeira análise deste trabalho consiste no estudo de um texto postado na internet, isso porque estes têm tomado cada vez mais a atenção dos leitores.

O primeiro estudo deu-se com a análise de uma chamada jornalística que tenta chamar a atenção do leitor a uma reportagem intitulada “Programa de proteção ao emprego”, divulgada pelo portal do Palácio do Planalto. A fim de incentivar os leitores a irem ao site conferi-la na íntegra, o órgão utilizou como suporte uma das mais populares redes sociais do mundo: o *facebook*. Desde a explosão das redes sociais, os órgãos públicos trataram de incluir-se nesta realidade. O próprio Palácio do Planalto, além de ter criado uma conta no *facebook*, recentemente aderiu a outras redes sociais, tais como: *twitter*, *snapchat* e *instagram*. Pressupõe-se que esta escolha foi tomada pela acessoria com o fim de atingir um público mais populoso, pode ser vista até como uma tentativa, por parte do autor, de apanhar novos leitores.

Teoricamente, a chamada configura-se como:

Pequeno título e/ou resumo de uma matéria, publicado geralmente na primeira página de jornal ou na capa de revista, com o objetivo de atrair o leitor e remetê-lo para a matéria completa, apresentada nas páginas internas (RABAÇA; BARBOSA, 2001, p.124).

É notável que a chamada em estudo diferencia-se desta definição, pois o suporte utilizado por ela é diferente. Em consequência da revolução tecnológica, o suporte sofreu modificações e expandiu-se para o mundo virtual. Ao invés de ocupar as páginas impressas de um jornal ou revista, agora a chamada jornalística ocupa também as páginas virtuais das redes sociais. Apesar disso, não deixa de cumprir sua função, tem a mesma finalidade, e assegura a manutenção do formato.

O gênero pertence ao domínio discursivo jornalístico e por isso compõe-se das tipologias narrativas e descritivas, contudo a tipologia predominante é a

injunção, pois o texto trata-se de um convite à reportagem original. A ocorrência de heterogeneidade é fato comum nesse domínio. A chamada é composta tanto por elementos verbais quanto visuais, podendo ser denominada então, como um texto multimodal. É por meio do conjunto formado por eles que as relações de sentido são estabelecidas.

A segunda análise realizou-se com um gênero textual bastante comum ao ambiente acadêmico, trata-se de uma resenha do primeiro capítulo do livro *Estruturas Morfológicas do Português*, de Luiz Carlos de Assis da Rocha. Elaborada por um aluno do primeiro semestre do curso de letras, aborda o primeiro capítulo do livro, intitulado “O estudo da morfologia”.

A resenha em estudo foi elaborada sob a linha dissertativa e tem como suporte o papel A4, que provavelmente foi entregue ao professor. O texto caracteriza-se como verbal, pois é composto apenas de elementos linguísticos. Foi escolhido para ilustrar este trabalho, porque certamente trará discussões significativas à sua construção.

A resenha é comumente confundida com o resumo. Quando definem esses gêneros, alguns autores costumam misturar os conceitos. Marconi e Lakatos (2010), por exemplo, têm um conceito formulado cerca da resenha, mas quando conceituam resumo, lhe dão uma subclassificação que o aproxima da resenha crítica, que é o caso do resumo crítico. Em contrapartida, Gonsalves (2007) trata o resumo crítico como a própria resenha crítica. Conceituações à parte, procedamos agora à diferenciação destes.

O resumo é entendido por Marconi e Lakatos (2010, p.50) como uma “apresentação concisa e frequentemente seletiva do texto, destacando-se os elementos de maior interesse e importância”. Para Gonsalves (2007, p.45), este se configura como “um pequeno texto que destaca ideias essenciais do texto-base, procurando manter fidelidade ao texto original”.

A primeira diferença entre resumo e resenha atribui-se aos fins de cada um. Ao contrário da resenha, a principal orientação do resumo é que este seja elaborado conforme o pensamento do autor da obra reduzida. As opiniões e considerações pessoais acerca do texto não devem ser explicitadas. O princípio da não-intervenção, não-participação no texto atribui-se apenas aos resumos. Quanto à

estrutura, as resenhas requerem um pouco mais de cuidados. Critérios como referências bibliográficas, credenciais do autor, conteúdo da obra, conclusões do autor e apreciação da obra devem ser rigidamente seguidos.

Conforme conceituação apresentada por Marconi e Lakatos (2010, p.247):

Resenha é uma descrição minuciosa que compreende certo número de fatos. Resenha crítica é a apresentação do conteúdo de uma obra. Consiste na leitura, no resumo, na crítica e na formulação de um conceito de valor do livro feitos pelo resenhista.

Elaborada geralmente para atender a fins científicos, a resenha crítica resulta da seleção dos elementos de maior interesse e importância existentes na obra original a ser reduzida. O gênero tem como finalidade informar o leitor sobre determinado tema e instigá-lo a ler a obra que lhe deu origem. Por isso, o julgamento das ideias apresentadas pelo autor deve ser apresentado de modo cuidadoso e respeitoso, pois “mesmo que o resenhista tenha competência na matéria, isso não lhe dá o direito de fazer juízo de valor ou deturpar o pensamento do autor”. (MARCONI; LAKATOS, 2010, p.248).

Segundo Gonsalves (2007), a apreciação crítica dá-se de duas formas: a crítica externa, que ressalta a impressão da obra nos contextos sociais, históricos, culturais e filosóficos; e a crítica interna, que se dedica ao exame do conteúdo em si. Considerando as observações do autor, entende-se que a depender da intenção autoral, a resenha tem o papel de divulgar uma obra de modo positivo ou não.

1.4 Critérios para a revisão textual

A arte de escrever bem é uma habilidade atribuída aos autores bem instruídos, àqueles que sabem manusear as palavras a ponto de fazer com que seus leitores se deleitem em seus escritos. O enfoque dado a um texto pode variar conforme a intenção do autor, pois por meio dele é possível manusear, manipular, impressionar e até transformar o pensamento de uma nação inteira. Por vezes, o impacto que um texto pode produzir no meio social pode ser reparador ou até mesmo destruidor. Por tanto, é de suma importância que o autor manuseie cuidadosamente o que escreve, principalmente se o texto for passível de publicação.

Caso se pretenda alcançar um fim, é preciso que se estabeleça uma conexão inteligível entre autor e leitor. A mensagem deve ser transmitida de modo claro e objetivo para que se torne compreensível.

Apesar do excelente trabalho que produzem com as palavras e da vasta experiência com as produções textuais, ao publicarem seus textos, muitos autores recorrem à revisão textual de terceiros. Afinal, antes mesmo de se colocarem na posição de profissionais, os revisores também se colocarão na condição de leitores críticos e exigentes.

Todo ser humano está sujeito a cometer deslizos nas mais diversas áreas de atuação, com a língua não acontece diferente, em consequência de repetidas e exaustivas leituras, muitas vezes, o autor não consegue enxergar os erros do texto que já leu e releu inúmeras vezes. Apesar de alguns casos serem retratos de mera soberba e autoconfiança, nos quais o autor se considera autossuficiente e não admite intervenção de terceiros, no geral, nota-se que ele se acostuma ao que produziu e por isso não consegue identificar certas inconsistências no texto, sejam elas de caráter linguístico, discursivo ou ideológico.

A preocupação do autor é com a qualidade do produto, ele pretende garantir que sua mensagem seja transmitida com excelência. É nesse momento que surge a necessidade de se contratar um bom revisor de textos, alguém com formação específica e conhecimento dos principais aspectos linguísticos. Conforme o dicionário (BUENO, 1996, p. 577), revisor é “aquele que revê, que examina”. Vale ressaltar que a contratação de um profissional como esse não desconstrói a imagem do autor de bom dominador da língua portuguesa, este ainda é responsável por construir o texto, enquanto aquele só desempenha a função de conferi-lo. “É na revisão textual consciente, detalhista, competente, que o conteúdo vai ser aprimorado, no que diz respeito à coesão e à coerência, aos erros ortográficos, aos erros conceituais, em fim, aos deslizos praticados pelo autor” (COELHO NETO, 2008, p. 58).

O público leitor hodierno tem se tornado cada vez mais exigente. A expectativa é que os textos publicados nos meios comunicativos sejam bem elaborados, atrativos, cuidadosamente construídos por quem deseja estabelecer diálogo com quem está do outro lado. A preocupação com a boa apresentação de um texto está intimamente ligada à necessidade do autor em transmitir sua

mensagem com clareza. Certamente os autores têm competência para atender às exigências do seu público alvo, contudo, sempre haverá algo fora de seu domínio. De fato, é imprescindível que um texto a ser publicado seja visto por seu autor e revisto por alguém que não tenha relação com sua autoria, pois todo texto tende a apresentar alguma inconsistência, seja ela de pouca ou muita relevância.

Diante da real necessidade de revisão textual nos diferentes textos, destaquemos inicialmente sua conceituação:

Revisar é apor vista a alguma coisa; é ler o texto a fim de consertar-lhe possíveis “erros”, sejam eles relativos à estrutura (redação, digitação, tipografia etc.) ou ainda relativos ao aspecto linguístico de adequação do modo como o conteúdo é apresentado/exposto. (ROCHA, 2012, p. 36).

Conforme o autor, a revisão pode ser entendida como um processo de correção que está relacionado tanto aos aspectos linguísticos quanto aos extralinguísticos. Em concordância a este pensamento, (COELHO; ANTUNES, 2010), destacam que a análise linguística configura-se apenas como uma das modalidades da revisão textual, no entanto, há ainda outras três que devem ser entendidas da seguinte forma:

- i) revisão gráfica: trata das questões relacionadas com a apresentação e com a composição visual e material do texto;
- ii) revisão normalizadora: ajusta o texto às normas bibliográficas e editoriais; e iii) revisão temática: verifica a propriedade e a consciência das formulações de um texto em função de um determinado sistema de conhecimento determinado. (COELHO; ANTUNES, 2010, p. 207).

Corriqueiramente, a revisão textual é entendida por alguns profissionais como mera correção gramatical. Conforme esta visão, o revisor deve ater-se unicamente à análise dos critérios linguísticos verbais do texto, desprezando automaticamente todos os outros. Pensar em texto como um simples amontoado de frases faz com que o revisor tenha uma visão limitada acerca do real conceito de seu objeto de trabalho. Contudo, quando o profissional considera o texto como um elemento de interação social, “atividade verbal, a serviço de fins sociais e, portanto, inseridos em contextos mais complexos de atividades” (KOCH, 2001, p.22) passa a ver seu objeto de trabalho de modo diferenciado. Esta visão mais ampliada da conceituação de texto nos faz entendê-lo como algo que ultrapassa o limite das palavras grafadas, passamos a compreendê-lo então como um conjunto de fatores significativos.

Para maior esclarecimento, destacam-se como elementos verbais aqueles referentes à construção das leis gramaticais que regem a língua portuguesa. A depender do gênero, é importante que o texto atenda às exigências contextuais. Consideram-se não-verbais aqueles que ilustram algo, podendo ser uma imagem, símbolo ou sinal sugestivo. Além disso, o texto conta com estruturas ideológicas, que se associam ao discurso construído em torno do que se diz.

A análise textual deve ser realizada com base na identificação do gênero e reconhecimento do contexto. Partindo do pressuposto de que os gêneros textuais têm funcionalidade em contextos específicos, tomaremos consciência de que as relações linguísticas englobadas no texto dependerão estritamente do local e momento de circulação. Por isso, não se pode atribuir a revisão textual apenas à implantação da norma culta da língua. O revisor com visão crítica terá discernimento de apontar a necessidade ou não desta adequação.

É importante ressaltar que a revisão textual deve ser entendida como um processo sensato de adequação. Revisar apenas os aspectos gramaticais de um texto pode significar fazer o trabalho fragmentado. Comparemos isto à limpeza de uma casa, que assim como o texto é composta de vários elementos essenciais. Seria sensato retirar o pó dos móveis e não limpar o chão? Ou ainda, lavar apenas as roupas e deixar louças sujas na pia? Essa alusão nos permite compreender porque não podemos nos ater a um único aspecto e desconsiderar os demais, o conjunto é imprescindível à harmonia geral do texto. Uma boa revisão é aquela que analisa minuciosamente a total composição textual.

1.4.1 Atribuições do revisor

Tornar-se um bom revisor não depende simplesmente de uma titulação obtida pela graduação. O suporte teórico oferecido pelos cursos tradicionais pouco enfatiza o exercício da revisão textual. Por oferecerem várias possibilidades no exercício das profissões relacionadas, costumam dar maior importância a determinadas áreas e abandonar outras. No curso de letras, por exemplo, o enfoque maior é dado ao exercício da docência e tradução. Nem todos os profissionais

recém-formados encontram-se capacitados para ocupar a função de revisor, pois as habilidades preteridas a este cargo são pouco instigadas ao longo da graduação.

O curso de comunicação social, que é um dos que habilitam o profissional à função de revisor, prima pela formação de profissionais que irão atuar como jornalistas, mas que também costumam ficar responsáveis pela revisão. De acordo com o 2º Art. do Decreto- Lei nº 972, de 17 de outubro de 1969, “a profissão de jornalista compreende dentre outras funções a de corretor, revisor do texto”. Isso, muitas vezes ocasiona sobrecarga e, conseqüentemente, comprometimento do trabalho.

Ter formação acadêmica é apenas o primeiro requisito a ser cumprido pelo revisor textual. Tornar-se atuante nessa área requer muito estudo e compreensão das principais conceituações textuais. Dentre as habilidades requeridas ao profissional que se dispõe a revisar, destaca-se, em primeira mão, a competência gramatical. Defende-se neste trabalho a revisão textual além da simples análise gramatical, mas não se quer dizer que as regras normativas devem ser desprezadas. Ter domínio da norma culta da língua portuguesa é pré-requisito principal ao exercício dessa profissão. Acerca desse requisito, Coelho Neto (2008, p.74) afirma: “Obviamente, não basta conhecer vocabulário, é necessário conhecer bem as leis que regem o português”. Em certos contextos estas não precisam ser seguidas tão à risca, mas geralmente são de grande importância nos trabalhos de revisão. O bom revisor saberá quando usá-las. A instituição de norma culta vincula-se aos contextos mais formais, que exigem tal uso. Esta também é atribuída ao vocabulário dos falantes com maior grau de escolaridade.

O conjunto das gramáticas deve ser enriquecido com tudo aquilo que contém documentos os documentos oficiais, as leis, os livros de qualidade, os jornais e revistas tradicionais de grande circulação. A língua padrão seria o consenso do que é veiculado nesse conjunto ampliado. Não ficariam excluídas, logicamente, as regras práticas amplamente divulgadas na mídia (tão criticadas pelos sociolinguistas). São elas obras de apoio, na medida em que esclarecem dúvidas, dificuldades, sistematizando os fatos gramaticais que geralmente constituem erro de uso da norma. (COELHO NETO, 2008, p.97)

É incoerente apontar deslizes no texto alheio sem que se tenha um referencial teórico que justifique os ajustes, por isso é essencial que o revisor tenha sempre à mão: bons manuais de redação, boas gramáticas, dicionários

etimológicos, enciclopédicos, jurídicos, ortográficos, entre outros materiais que possam auxiliar seu trabalho.

A prática de leitura também é um hábito que deve ser seguido por todo revisor. Além da interiorização das principais regras gramaticais, dos gêneros e estruturas textuais, faz-se necessário que o profissional esteja a par de eventuais mudanças gramaticais, do surgimento de novas palavras, neologismos, entre outros. Conforme Coelho Neto (2008), essa competência ajudará o profissional no momento de decisão da escolha lexical, por exemplo, pois poderá até se colocar no lugar de receptor do texto, leitor hábil para escolher o melhor caminho. Em conformidade a esta visão, Malta (2000) afirma que um bom profissional deve dominar conhecimentos sobre áreas variadas, isto pode ser um diferencial em seu trabalho. É sabido que os textos que chegam para a revisão pertencem aos mais variados domínios discursivos, portanto, é necessário que se conheça ao menos um pouco de cada área para que se possa interferir no texto alheio com competência.

Outro ponto de destaque às competências exigidas ao revisor é o reconhecimento das variações linguísticas dos falantes. A depender da intenção autoral, é necessário construir um texto que se faça ser entendido pelo seu público alvo, afinal a depender do contexto há obrigatoriedade em empregar-se a norma culta ou não. Pensemos por exemplo nos textos publicitários, os quais sempre pretendem divulgar algo. Nestes a linguagem a ser utilizada deve ser a mais acessível possível, aquela que mais se aproxime da realidade dos falantes. Em conformidade a esta visão, Bagno (2010, pp.95-96) comenta:

Ora, ninguém fala, efetivamente, o padrão, nem mesmo as pessoas altamente escolarizadas em situações de interação verbal extremamente formais. É inevitável que os usos mais espontâneos, mais conformes à instituição linguística do falante venham à tona.

Quando já provido de todas as competências, conforme Coelho Neto (2008, p.62), dentre as principais atribuições, cabe ao revisor:

Revisar os originais (ou provas, ou heliográficos, ou fotolitos) aprovados para edição por: editoras, agências de publicidade, autores, mestrands, doutorands, preparadores de originais de quaisquer instituições etc.; revisar, se tiver experiência, traduções, cotejando-as com os originais [...]; revisar textos a serem disponibilizados na internet; revisar livros já publicados, objetivando uma edição revista (e/ou ampliada); proceder a quantas revisões forem acordadas com o cliente.

O trabalho a ser desenvolvido pelo revisor deve ser minucioso, criterioso e contextualizado. Uma única leitura não é suficiente para que desenvolva uma boa revisão, julga-se pertinente que o texto deve ser lido e relido ao menos três vezes. Erros de revisão devem ser evitados, contudo, vez ou outra podem acontecer, nestes casos o profissional deve ater-se para não os repetir em outras ocasiões.

Ao intervir em um texto, o revisor torna-se também seu coautor. No entanto, essa intervenção nem sempre é aceita com tranquilidade pelo autor. Em alguns casos ele pode sentir-se incomodado em ter seu texto modificado por terceiros. Mas se o profissional foi contratado é porque se quer saber se o texto está bem escrito, então ele poderá ao menos opinar, apontar deslizos e possíveis ajustes. O limite de intervenção de um texto dependerá da autonomia que o cliente der ao revisor.

Caso haja necessidade no ato da correção, a intervenção poderá atingir diferentes graus, dentre estes se destacam: paráfrase, copidesque, e reescritura. Para Rocha (2012, p. 36,39):

O revisor lida com a paráfrase quando tem de aplicar o processo de transformação da linguagem de um texto em outro para torná-lo mais inteligível, sem mudar a informação do texto-base. (...) A reescritura coloca-se no interior de um mesmo gênero em que as mudanças dão-se apenas e aspectos formais de escrita sem alterar a estrutura genérica e sua função social.

Por vezes, certos contextos exigem uma linguagem mais formulada ou vice-versa. A percepção do revisor deve apontar o melhor caminho para que o texto adapte-se perfeitamente ao gênero textual de modo a atender a expectativa dos leitores. Quando for necessário realizar paráfrase é importante saber usá-la para não mudar o discurso do autor. Parafrasear não significa fazer outro, e, sim, adaptar o mesmo texto ao contexto. A essência do texto não pode ficar comprometida. No entanto, em alguns casos o texto precisará mesmo da total reformulação, nova escrita, far-se-á então a reescritura. O conceito de copidesque também se aproxima de tais atribuições. Conforme Coelho Neto (2008, p.139) “no processo de copidesque, o profissional propõe, reescreve, revisa o original, com a finalidade precípua de ‘relavrar’ o texto”.

Caso não haja necessidade, recomenda-se que o revisor não interfira no texto. É importante saber respeitar o estilo de cada autor. Se as intervenções forem supérfluas, o revisor não deve se habilitar a proceder com elas.

2 ANÁLISE DOS OBJETOS DE ESTUDO

Neste item, são apresentadas as análises micro e macroestrutural da pesquisa. A coleta de dados deu-se de modo bastante minucioso. Inicialmente, foi realizada triagem de textos em diversos contextos sociais. Como resultado da busca, dez foram analisados, dentre estes, cinco se destacaram. Por serem considerados de maior pertinência, apenas dois textos foram escolhidos para ilustrar os objetivos da pesquisa. A primeira análise foi realizada com uma chamada jornalística, a segunda com uma resenha.

2.1 Chamada jornalística

Como já explicitado na introdução e nos itens anteriores, o primeiro objeto de estudo deste trabalho consiste em um texto pertencente ao domínio discursivo jornalístico, trata-se de uma chamada jornalística. O gênero caracteriza-se por oferecer um breve resumo de uma reportagem. O objetivo é instigar e atrair o máximo de leitores possível. O texto escolhido foi coletado na rede social *facebook*. Por abordar um tema de interesse geral, teve inúmeros acessos desde o primeiro momento de sua postagem, mas foi retirado da página depois de poucas horas. Observemo-lo a seguir:

Dado 1 : Chamada jornalística- programa de proteção ao emprego

Palácio do Planalto

8 h · 🌐

PROGRAMA DE PROTEÇÃO AO EMPREGO

Conheça a medida lançada pelo governo que vai garantir a manutenção do emprego formal e da renda do trabalhador, além da possibilitar a recuperação das empresas que passam por dificuldade. Com a proposta – que tem o apoio das centrais sindicais – será possível a redução temporária da jornada de trabalho em até 30% e a complementação da metade da perda salarial por parte do governo, por meio do Fundo de Amparo ao Trabalhador. Em contrapartida, as empresas não poderão demitir seus funcionários durante a vigência do programa.

Entenda mais no Portal Planalto: goo.gl/WlrqS6

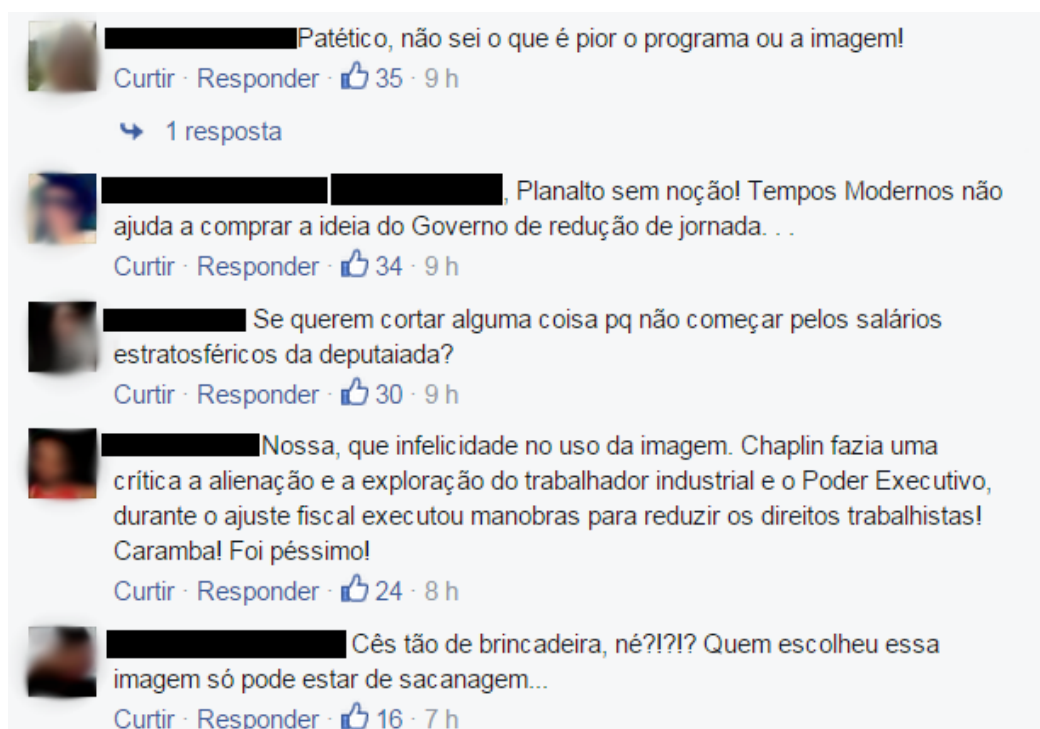
Olha, eu só queria demonstrar todo meu apoio e reconhecimento a pessoa que vai ser demitida por essa brilhante postagem

👍 316 · 6 h

👉 8 Respostas · 1 h

Por favor! Troquem a assessoria de imagem pública - Não adianta só entender de Redes Sociais, tem que entender de história. Péssima escolha de imagem! Se a assessoria não concorda com o programa, falem diretamente para Dilma Rousseff e não usem estes espaço para crítica velada!

👍 196 · 8 h



Fonte: <http://oglobo.globo.com>.

A crise econômica evidenciada principalmente no corrente ano atingiu em massa diversos setores econômicos. A disparada da inflação e o grande salto do dólar ocasionaram grandes impactos à economia brasileira, dentre estes se destacam a interrupção de créditos, maior endividamento do povo e diminuição do poder de compra. Fatores estes que resultaram evidentemente na queda de vendas, o que ocasionou altos índices de desemprego nas indústrias e comércios em geral.

Diante deste cenário, a solução encontrada pelo governo para amenizar os impactos da crise foi lançar projetos que garantissem o emprego dos funcionários das empresas que estão a enfrentar dificuldades financeiras neste momento. Dentre os principais destacaram-se o *Lay-off*, que consiste na suspensão temporária do contrato de trabalho, e o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), que é o foco do nosso estudo. Conforme esclarecimento do Palácio do Planalto, a implantação do programa “irá proteger empregos, auxiliar a recuperação econômica de empresas e da economia nacional, estimular a produtividade por meio do aumento da duração dos vínculos empregatícios, além de manter a arrecadação”.¹

¹ Disponível em: < <http://www2.planalto.gov.br/presidencia/palacios-e-residencias-oficiais/palacio-do-planalto>>. Acesso em: 02 de outubro de 2015.

A proposta do programa consiste na redução da jornada de trabalho em até 30%, com redução salarial de 15%. Na teoria conta-se redução de 30%, mas como o governo pagará os outros 15%, na prática as empresas terão uma redução orçamentária bastante significativa, e o trabalhador sentirá um impacto menor em suas finanças. Essa compensação a ser feita pelo governo será paga pela União com fundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). As negociações deverão ser ajustadas entre sindicatos, indústrias e o Planalto. O plano tem vigência de seis meses nas empresas, podendo ser prorrogável por mais seis meses, a depender da necessidade de cada empresa. Enquanto estiver sendo assistido pelo PPE, o trabalhador não poderá ser demitido, terá seu Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) garantido, assim como todos os benefícios trabalhistas. As empresas interessadas em participar podem se inscrever até 31 de dezembro do corrente ano, o objetivo é que o programa atue até 2016.

Conforme análise inicial do contexto econômico atual, iniciemos análise microestrutural do texto. Postado em uma rede social a fim de atrair leitores à reportagem completa, disponível no site do Planalto, o texto é considerado harmônico no que tange aos aspectos gramaticais. Dentre as construções linguísticas microestruturais estabelecidas, podemos apontar algumas poucas que merecem ajustes. A primeira refere-se ao emprego equivocado da preposição “da” ao invés do emprego da preposição “de” na seguinte construção: “*Além da possibilitar a recuperação (...)*”. A expressão *Além de* é uma conjunção coordenativa que introduz uma oração com sentido aditivo. Quando usada junto da palavra além, a preposição *da* não desempenha mesmo sentido. Acredita-se que o deslize possa ter sido um erro de digitação e que não tenha sido visto pelo suposto revisor da postagem. Outro ponto que poderia ter sido verificado no texto é o alinhamento do parágrafo, que, ao invés de ajustar-se à direita, deveria ter sido justificado. Mas como é um texto produzido na própria caixa de texto da rede social, e esta não dispõe de recursos gráficos que possibilitam este ajuste, desconsideremos tal correção.

Construídas de modo injuntivo, as combinações linguísticas foram bem elaboradas e contribuíram para a transmissão da mensagem principal. Apesar dos ajustes sugeridos, o princípio da coesão foi mantido, pois a ligação harmoniosa entre os parágrafos mantém a relação de significância do texto. Este princípio refere-se à

conexão referencial realizada por aspectos semânticos e pela conexão sequencial, realizada por elementos conectivos (MARCUSCHI 2008).

Levando em consideração o conceito de texto, é importante que consideremos como tal não só os elementos verbais, mas também aqueles não-verbais. Mesmo sendo coeso, não se pode afirmar que o texto sob análise é coerente. De acordo com Marcuschi (2008, p. 119), “a coerência é, sobretudo, uma relação de sentido que se manifesta entre os enunciados”, ou seja, relaciona-se à significância do texto de modo geral, aos seus elementos macroestruturais. O rompimento da coerência textual neste caso deu-se em virtude da significância da imagem associada ao texto verbal. A figura do personagem Charlitos, do filme *Tempos Modernos*, juxtaposta ao texto do programa de proteção ao emprego, trouxe grandes confusões interpretativas à chamada jornalística.

Apesar de pertencer ao gênero humorístico, o filme *Tempos Modernos* aborda como tema central a sociedade industrial capitalista. Lançado em 1936, o filme mostra a luta dos trabalhadores para manterem seus empregos após a grande depressão americana de 1929. O contexto histórico retratado é o da passagem da produção artesanal para a produção em série, início da Revolução Industrial.

O personagem principal, Charlitos, interpretado pelo ator Charles Chaplin, é funcionário de uma grande indústria e desempenha a função de apertar parafusos. Instigado a realizar trabalhos repetitivos e sem estímulo da racionalização, vive explorado por seus patrões, que sempre lhe exigem rapidez e agilidade na execução de seu trabalho. O objetivo dos empregadores é tirar o máximo proveito possível dos trabalhadores e pressioná-los para que produzam bastante. Os funcionários trabalham em condições sub-humanas, que ultrapassam suas capacidades físicas e psíquicas. A condição de humano é dispensada pelos empregadores, o objetivo é alcançar os maiores índices de lucro em menos tempo, neste contexto considera-se a filosofia de que tempo é dinheiro.

Após alguns anos de trabalho exaustivo, Charlitos tem um colapso nervoso e é internado. Como os funcionários são vistos apenas como meras máquinas obrigadas a produzir, quando adoecem e não servem mais são dispensados da indústria e encaminhados aos hospitais, asilos e até mesmo às penitenciárias. Como uma máquina que não serve mais, eles são dispensados no lixo. Em virtude dos altos índices de desemprego, sempre há um em busca de uma vaga na indústria,

isso facilita a exploração do trabalho por parte dos empregadores, que tem grande oferta de mão de obra barata.

Retomando a análise do texto, consideremos os contextos apresentados. Por meio das expressões verbais o governo revela preocupação em resolver os problemas do desemprego no país, mas a semântica revelada pela imagem opõe-se a esse discurso. A legenda posta sobre a imagem reforça a ideologia do texto, mas é contrariada pelo contexto atribuído à imagem. O discurso pretendido foi desconstruído pela significação negativa da imagem, apesar do personagem estar aparentemente feliz, o filme critica ferozmente o sistema capitalista. Dentre as críticas propostas pelo filme destacam-se: o drama do proletariado em busca de oportunidades; a ganância dos chefes industriais; o abandono; as injustiças salariais; a opressão; o desrespeito e a exploração sofrida pelos trabalhadores.

Se o objetivo do governo era tranquilizar os trabalhadores, a divulgação dessa chamada causou dúvida e estranhamento quanto à adesão do programa. Para que o projeto funcione e atinja seus objetivos, é necessário que haja uma relação de confiança entre as partes envolvidas, contudo, a interpretação atribuída ao texto não leva o leitor a confiar nas boas intenções da parte autoral. Para melhor esclarecimento, analisemos o quadro a seguir que compara as possíveis interpretações do leitor às expectativas do Palácio do Planalto acerca da chamada jornalística divulgada.

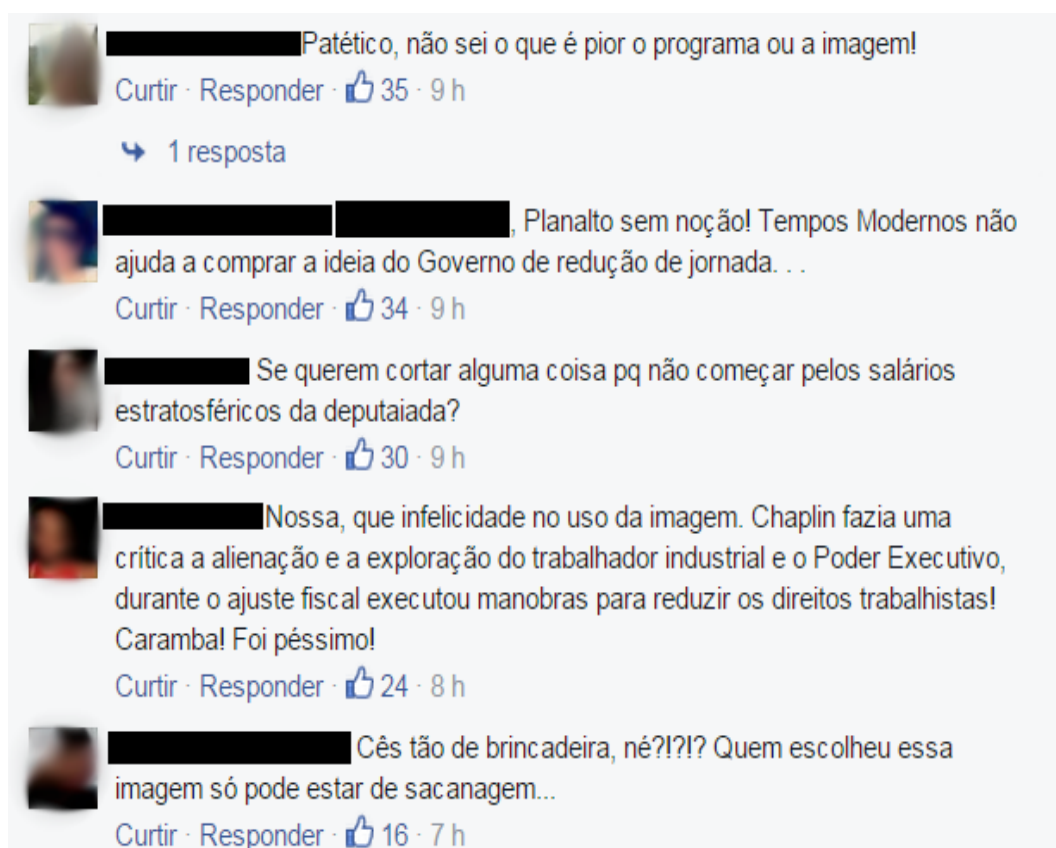
Quadro 1 : Análise interpretativa do texto acerca do programa de proteção ao emprego

Expectativa do governo quanto à interpretação do leitor	Possível interpretação do leitor diante da análise geral do texto
Programa garantirá permanência dos trabalhadores nas empresas.	<ul style="list-style-type: none"> Assim como no filme, a indústria atual se preocupa apenas com os serviços a serem prestados pelos trabalhadores, por isso não

	<p>podem perdê-los.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Mesmo trabalhando sob pressão eles permanecerão, será um favor que deverão à empresa.
A renda do trabalhador será mantida	<ul style="list-style-type: none"> • Visando maiores lucros, as empresas reduzirão os salários. O serviço prestado será o mesmo, mas os custos salariais diminuirão para elas. Essa atitude associa-se à injustiça salarial retratada no filme.
O trabalhador não poderá ser demitido durante o período de adesão ao programa. A empresa prima por seus funcionários.	<ul style="list-style-type: none"> • Em uma das cenas de “Tempos Modernos”, Charlitos é absorvido pelas engrenagens da grande máquina. Isso significa que o sistema usa e abusa do funcionário e depois o devora como se fosse alimento. • A empresa desconsidera as limitações humanas e o leva aos seus limites físicos e psíquicos. • Quando teve um colapso, Charlito foi internado e depois não conseguiu voltar às suas atividades ocupacionais. Assim poderá acontecer com os funcionários que trabalham exaustivamente. Talvez seja o momento de repensar a profissão.
Pretende-se equilibrar a economia, por	<ul style="list-style-type: none"> • Sempre em busca da

<p>isso o trabalhador deverá manter-se empregado.</p>	<p>maximização do lucro patronal, do aumento da produtividade e da economia de tempo, o empregador suga o máximo de esforço de seus funcionários.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Vê-se no filme apenas a prosperidade da indústria, que se moderniza cada vez mais. O bem-estar do funcionário não é considerado. O mais importante é a obtenção de lucro em curto prazo.
<p>Os direitos trabalhistas dos funcionários serão garantidos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • As constantes greves mostradas no filme eram duramente reprimidas pelas autoridades. O governo põe-se sempre a favor dos grandes empresários. A classe trabalhadora não tem garantia de direitos, apesar das lutas. • A agonia da classe trabalhadora oprimida e marginalizada é sintetizada pela falta de comprometimento de seus próprios empregadores. • O ser humano trabalha como relógio, repetindo movimentos (como uma máquina), imitando a mecanização contínua e cronometrada dele.

A imagem que inicia esta seção trata-se de uma cópia da tela da postagem, logo, é possível notarmos que há alguns comentários acerca dela. Por ser um filme de prestígio internacional, Tempos Modernos é reconhecido em qualquer contexto. Quando observaram que seu personagem principal compunha a chamada para a reportagem do programa de proteção ao emprego, vários leitores comentaram criticamente a postagem do Palácio do Planalto. Observemos novamente:



Fonte: <http://oglobo.globo.com>.

A associação feita pelo público leitor do programa ao filme foi totalmente negativa. O objetivo do governo em esclarecer as vantagens do programa e mostrá-lo como solução para os problemas ocasionados pela crise, não foi alcançado. Os trabalhadores brasileiros não escolheram passar por esta crise, mas são os principais atingidos. O mínimo que esperam de seus governantes é que busquem soluções e amenizem ao máximo seus impactos. Por meio da postagem o governo até tentou esclarecer seus planos de resgate, no entanto, conforme os próprios

comentários dos leitores: “*Tempos Modernos* não ajuda a comprar a ideia do governo de redução de jornada”.

Em alguns comentários, os leitores especularam que a postagem possa ter sido feita intencionalmente sob a tentativa de criticar a presidente Dilma Rousseff, insinuaram até que alguém deverá ser responsabilizado por tal incoerência. Isso comprova que até mesmo quem não conhece os procedimentos de elaboração e publicação de um texto tem consciência de que ele precisa ser analisado previamente.

O deslize causou grande impacto social, instigou indignação e desaprovação no povo, por isso em pouco tempo a postagem já havia repercutido nacionalmente. Após um grande número de críticas negativas à postagem, o órgão decidiu retirá-la de sua página oficial do *facebook*. Mas antes disso, a postagem chegou a ter mais de 260 comentários, 912 curtidas e 812 compartilhamentos.

A primeira divulgação foi feita dia 08 de julho de 2015 e apagada na mesma data. Somente após seis dias, no dia 14 de julho de 2015, o Palácio do Planalto postou em sua rede social nova chamada de divulgação do programa. Dessa vez com texto e imagem reformulados. Apesar disso, continuou a ser alvo de piadas e críticas ainda sob impacto da chamada anterior. Observemos a reformulação do texto:

Figura 3: Reformulação da chamada Programa de Proteção ao Emprego



Fonte: Imagem capturada pelo autor em: <https://www.facebook.com/PalacioDoPlanalto/photos/pb.199126586891882.-2207520000.1444788440./58593230487793/?type=3&theater>

Sabe-se que os textos a serem publicados não podem ser vistos sob um mesmo olhar e nem unicamente por seu autor. No caso em estudo, por tratar-se de uma publicação oficial do governo, presume-se que tenha sido formulado pelo autor e analisado por um revisor. Este, por sua vez, parece pouco habilitado para tal percepção. Realizou uma simples conferência do texto verbal e desconsiderou a imagem como parte fundamental do texto. Para tal interferência era preciso breve conhecimento de mundo, mais especificamente, conhecimento histórico. Tal habilidade é preterida tanto ao autor quanto ao revisor, caso o primeiro não disponha dela ao menos o segundo deverá dispor.

O caso parece um simples deslize, mas trouxe prejuízos significativos à implantação da medida provisória. O texto divulgado foi o primeiro esclarecimento acerca do funcionamento do programa, até então não se tinha detalhes acerca dele. Quando a chamada foi postada na rede social, os leitores foram sedentos em busca de maiores informações, mas se decepcionaram. A intenção do governo era convencer a população de que o programa fora lançado em apoio ao trabalhador, que ele seria o maior beneficiado. Mas como imagens também são carregadas de

sentido e às vezes falam mais do que palavras, a imagem associada ao texto, neste caso, mudou os rumos da intencionalidade autoral.

2.2 Resenha

A avaliação de uma obra contribui significativamente para o trabalho de cientistas e pesquisadores. Atualmente a velocidade com que as coisas são construídas é considerada imprescindível, não há tempo para se ler muito na elaboração de trabalhos científico-acadêmicos. A resenha contribui efetivamente para esse processo de seleção de leituras. Perder tempo com longas leituras é optativo quando se pode recorrer à resenha crítica para se ter uma boa noção do conteúdo da obra.

O material sob estudo trata-se de uma proposta de trabalho procedida pelo autor da pesquisa. Foi elaborado com o fim de expor as ideias mais importantes acerca das origens morfológicas. Por motivos éticos, preservou-se a identidade da instituição de ensino e de seu autor. Procedamos, então, à análise:

Dado 2: Resenha - O estudo da morfologia

Instituição: UNIVERSIDADE [REDACTED]

Curso: Letras

Disciplina: Linguística I

Professor: [REDACTED]

Aluno(a): [REDACTED]

Resenha crítica

O ESTUDO DA MORFOLOGIA

Ex-professor do ensino médio básico da rede estadual de ensino, e doutor em Linguística pela UFRJ, Luis Carlos de Assis Rocha atua como professor universitário no curso de Letras, na Universidade Federal de Minas Gerais. Preocupado com o ensino de gramática nas escolas, produziu obras a fim de esclarecer alguns conceitos e auxiliar o trabalho do professor em sala de aula. Dentre elas, as principais são: Gramática: nunca mais- O ensino da língua padrão e o estudo da gramática; Estruturas morfológicas do português e reflexão e derivação no português. Por meio desses trabalhos, Rocha busca ressaltar o papel da gramática na escola, evidenciando a superioridade da língua em relação à imposição da norma culta.

O estudo da morfologia é tratado logo no primeiro capítulo do livro. Rocha inicia o capítulo questionando a criação de novas palavras na língua portuguesa. Conforme as exposições do autor, o estudo da morfologia ganhou bastante destaque nas seguintes correntes: Descritivismo, Historicismo, Estruturalismo e Gerativismo.

O Descritivismo preocupou-se em descrever e fixar paradigmas com base na filosofia grega. O Historicismo põe a Filologia como introdutória das pesquisas diacrônicas de linguística. Preocupou-se em estudar a evolução de uma língua através dos tempos. O estudo histórico, no entanto, possibilitou a análise da linguagem em uso.

O Estruturalismo, que tem como Ferdinand Saussure como principal pensador, acredita que a língua é um sistema de valores. Tendo como objetivo principal a descrição das línguas, a escola tem como base o morfema (menor unidade significativa da palavra). A maior preocupação dessa corrente é a segmentação e a classificação dos morfemas.

Em contraposição a essa vertente, surge o Gerativismo, tendo Chomsky como seu principal pensador. Esta introduz uma nova concepção do estudo das línguas, pois considera a linguagem como a essência do ser humano. Conforme o Gerativismo, mesmo sem conhecer as regras que regem a norma padrão, o indivíduo reconhece sua língua, pois faz uso dela o tempo todo, tanto para produzir enunciados quanto para entender.

E por fim, o autor cita a regra de análise estrutural e a regra de formação de palavras. A regra de análise estrutural refere-se à capacidade do falante em reconhecer a estrutura da palavra. Já a regra de formação de palavras correspondente à produção de novos itens lexicais. Se um indivíduo cria uma nova palavra e a interpreta, demonstra conhecer sua estrutura, suas habilidades interpretativas expande conhecimentos.

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português* (cap. 1 O estudo da Morfologia). 2008. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes. 240 pp.

Como já explicitado anteriormente, todo texto é passível de revisão, ainda que produzido por um especialista da área. Seres humanos estão sujeitos ao erro em qualquer circunstância. Partindo do pressuposto de que a revisão linguística é de suma importância ao gênero em questão, apontaremos alguns deslizes gramaticais detectados no texto.

No segundo parágrafo, logo na primeira linha, nota-se a repetição de alguns termos, os quais tornam o período redundante. Com o intuito de sanar tal erro, a revisão procedeu da seguinte forma: “*O estudo da morfologia é tratado logo no primeiro capítulo do livro. Rocha inicia a análise questionando a criação de novas palavras na língua portuguesa. Conforme as exposições do autor, a investigação morfológica ganhou (...)*”. Foi mais adequado substituir as repetições por palavras de sentido aproximado.

Na primeira linha do quarto parágrafo, a conjunção como foi empregada de modo incorreto na oração O estruturalismo, que tem como Ferdinand (...). Neste caso, a conjunção deve ser eliminada, porque não acrescenta informação lógica à frase.

No quinto parágrafo, quarta linha, há comprometimento da coesão textual em virtude da não referência pronominal endofórica da última oração. Para torná-la coesa, procedeu-se do seguinte modo: “*(...) o indivíduo reconhece sua língua, pois faz uso dela o tempo todo, tanto para produzir enunciados quanto para entendê-los.*”

Assim como nos momentos anteriores, foram detectadas repetições ao longo das duas primeiras linhas do sexto parágrafo, fato que torna a leitura cansativa e redundante. O problema foi solucionado por meio do emprego de formas remissivas não referenciais: “*E por fim, o autor cita a regra de análise estrutural e a de formação de palavras. A primeira refere-se à capacidade do falante em reconhecer a estrutura da palavra. Já a segunda corresponde à produção (...)*”. Na última correção, para que se mantivesse a concordância verbal, trocou-se a forma nominal correspondente pelo verbo corresponde. Ainda no mesmo parágrafo, notou-se que a última oração tem seu sentido comprometido por falta de conectivo. Para retomar o seu sentido, inseriu-se o conectivo aditivo e, observemos o resultado: “*(...) demonstra conhecer sua estrutura, suas habilidades interpretativas e expande conhecimentos*”.

Por fim, foi realizado um ajuste em relação à estrutura. As resenhas são iniciadas pelas referências bibliográficas, no objeto de estudo analisado nota-se descumprimento desta regra, pois foi colocada ao final do texto. Em obediência à regra estrutural, a referência foi deslocada para o início do texto, conforme estabelecido pelo formato do gênero.

Após análise microestrutural, observemos o resultado do texto reformulado:

Texto reformulado

Instituição: UNIVERSIDADE [REDACTED]

Curso: Letras

Disciplina: Linguística I

Professor: [REDACTED]

Aluno(a): [REDACTED]

Resenha crítica

O ESTUDO DA MORFOLOGIA

ROCHA, Luiz Carlos de Assis. *Estruturas Morfológicas do Português* (cap. 1 O estudo da Morfologia). 2008. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes. 240 pp.

Ex-professor do ensino médio básico da rede estadual de ensino, e doutor em Linguística pela UFRJ, Luis Carlos de Assis Rocha atua como professor universitário no curso de Letras, na Universidade Federal de Minas Gerais. Preocupado com o ensino de gramática nas escolas, produziu obras a fim de esclarecer alguns conceitos e auxiliar o trabalho do professor em sala de aula. Dentre elas, as principais são: Gramática: nunca mais- O ensino da língua padrão e o estudo da gramática; Estruturas morfológicas do português e reflexão e derivação no português. Por meio desses trabalhos, Rocha busca ressaltar o papel da gramática na escola, evidenciando a superioridade da língua em relação à imposição da norma culta.

O estudo da morfologia é tratado logo no primeiro capítulo do livro. Rocha inicia a análise questionando a criação de novas palavras na língua portuguesa. Conforme as exposições do autor, a investigação morfológica ganhou bastante destaque nas seguintes correntes: Descritivismo, Historicismo, Estruturalismo e Gerativismo.

O Descritivismo preocupou-se em descrever e fixar paradigmas com base na filosofia grega. O Historicismo põe a Filologia como introdutória das pesquisas diacrônicas de linguística. Preocupou-se em estudar a evolução de uma língua através dos tempos. O estudo histórico, no entanto, possibilitou a análise da linguagem em uso.

O Estruturalismo, que tem Ferdinand Saussure como principal pensador, acredita que a língua é um sistema de valores. Tendo como objetivo principal a descrição das línguas, a escola tem como base o morfema (menor unidade significativa da palavra). A maior preocupação dessa corrente é a segmentação e a classificação dos morfemas.

Em contraposição a essa vertente, surge o Gerativismo, tendo Chomsky como seu principal pensador. Esta introduz uma nova concepção do estudo das línguas, pois considera a linguagem como a essência do ser humano. Conforme o Gerativismo, mesmo sem conhecer as regras que regem a norma padrão, o indivíduo reconhece sua língua, pois faz uso dela o tempo todo, tanto para produzir enunciados quanto para entendê-los.

E por fim, o autor cita a regra de análise estrutural e a de formação de palavras. A primeira refere-se à capacidade do falante em reconhecer a estrutura da palavra. Já a segunda corresponde à produção de novos itens lexicais. Se um indivíduo cria uma nova palavra e a interpreta, demonstra conhecer sua estrutura, suas habilidades interpretativas expandem conhecimentos.

Em concordância aos objetivos da pesquisa, é necessário que analisemos os aspectos extralinguísticos do texto. Se os critérios de revisão focassem apenas a análise gramatical, diríamos que até aqui o trabalho do revisor foi executado com sucesso. Contudo, quando procedemos a uma revisão crítica, devemos nos ater aos demais aspectos textuais, os macroestruturais.

O primeiro ponto de destaque da análise, talvez o de maior relevância ao estudo, refere-se à constituição do gênero. A resenha caracteriza-se por tecer comentários críticos acerca da obra a ser reduzida. O resenhista precisa ter capacidade de juízo de valor, saber argumentar acerca do assunto tratado. O texto sob análise não obedece a estes princípios. Não há notoriedade de julgamento da obra. Mostra-se apenas o posicionamento do autor da obra, a autoria da resenha abstém-se de qualquer comentário acerca do texto, salvo pelo último período, no qual há uma tentativa de exposição de argumentos, considerada insuficiente à competência do gênero.

Ora, se a principal diferença entre resumo e resenha relaciona-se ao posicionamento crítico do resenhista, então podemos dizer que *O estudo da morfologia* não se configura como uma resenha crítica, este é apenas um resumo informativo. A identificação do gênero textual é requisito primordial à procedência da revisão. A simples revisão gramatical não alcança as profundezas das estruturas textuais. O trabalho do revisor ficaria comprometido caso este não tivesse competência para detectar a inadequação do texto ao gênero. Apesar de não corresponder a uma resenha, o autor o apontou como tal. Caso o revisor não tivesse um olhar crítico no ato da revisão, teria corrigido os aspectos gramaticais, devolveria o texto ao aluno e este poderia ter tido grandes prejuízos.

A tarefa de resenhar é designada aos alunos logo no início da graduação para que eles se familiarizem com um dos gêneros mais comuns da realidade acadêmica. Contudo, solicitar a produção de uma resenha ainda os deixa confusos. Acerca disso, Gonsalves (2007, p.46) comenta:

Pedir para um aluno de graduação uma resenha é um verdadeiro tormento. Explico: geralmente o professor não diz exatamente do que se trata porque acredita que o aluno já possui informações básicas necessárias; por sua vez, o aluno acha que resenha é isso ou aquilo. (...) Na maioria das vezes, entrega-se como resenha alguma coisa parecida com um resumo.

A distinção entre esses dois gêneros, tão próximo, mas com propósitos bem diferentes, nem sempre é detectada pelos autores, principalmente quando são meros iniciantes no ofício das resenhas. Uma boa solução para o problema é orientar o aluno a refazer o trabalho, conforme as regras do gênero, para que só depois o devolva à revisão. Esta orientação poderia partir do próprio revisor ou do professor orientador do trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal ferramenta de trabalho do revisor é o conhecimento que possui acerca das diversas técnicas de análise textual. Por mais que disponha dos mais sofisticados recursos tecnológicos, o profissional precisa ater-se ao todo textual. A rigor, ter vasto conhecimento linguístico é o primeiro quesito a ser obedecido, pois conforme exposto ao longo da pesquisa, a tarefa de revisar, apesar de estender-se à verificação dos aspectos macroestruturais, inicia-se preferencialmente na avaliação microestrutural. Esclareceu-se que essa etapa não pode ser desconsiderada, mesmo quando o contexto for passível da linguagem informal, a revisão deverá ser feita sob anuência do autor.

Este estudo permitiu compreender que, assim como a avaliação dos elementos gramaticais, a análise discursiva, ideológica e até mesmo multimodal faz-se essencial à construção do sentido textual. Os dados analisados contribuíram efetivamente para a constatação do real posicionamento do revisor diante dos diferentes gêneros. Ter conhecimento das práticas sociais desenvolvidas por cada um deles e dos contextos em que serão aplicados, norteia o trabalho a ser desenvolvido.

Contatou-se que em alguns casos não basta que o revisor textual aponte apenas os desvios gramaticais de um texto. O papel do revisor consiste também em olhar criticamente para os trabalhos que lhe são propostos. Esse posicionamento faz-se essencial quando se pretende alcançar determinados fins comunicativos.

A contribuição acadêmica deste trabalho deu-se com a exposição de conceitos, reflexões teóricas e com o esclarecimento do papel do revisor na sociedade contemporânea. As considerações feitas ao longo do trabalho poderão ser úteis para pesquisas futuras.

REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria da semiótica do texto**. São Paulo: ática, 2000.

BAGNO, Marcos. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. São Paulo: Parábola, 2010.

BAZERMAN, Charles. **Gêneros textuais, tipificação e interação**. Organização de Ângela Paiva Dionísio e Judith Chambliss Hoffnagel. São Paulo: Cortez, 2005.

BUENO, Silveira. **Minidicionário da língua portuguesa**. ed. rev. atual. São Paulo: FTD, 1996.

BRASIL. **Decreto- lei nº 972**, de 17 de outubro de 1969. Art.2º.

BRASIL. Palácio do Planalto. **Programa de proteção ao emprego**. Brasília, 2015.

COELHO NETO, Aristides. **Além da revisão**: critérios para revisão textual. Brasília: Editora Senac-DF, 2008.

COELHO, Sueli Maria; ANTUNES, Leandra Batista. 2010. Revisão textual: para além da revisão linguística. **Scripta**, Belo Horizonte, v.14, n 26, p. 205-224, 1º sem. 2010.

FÁVERO, Leonor Lopes. **Coesão e coerência textuais**. 9. ed. São Paulo: Ática, 2003.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: Universidade de Brasília, 2001.

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversa sobre iniciação à pesquisa científica**. 4. ed. Campinas: Alínea, 2007.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O texto e construção dos sentidos**. São Paulo: Contexto, 2001.

MALTA, Luiz Roberto. **Manual do revisor**. São Paulo: WVC Editora, 2000.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais**: definição e funcionalidade. In; Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucena, 2003. pp. 20-36

_____. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

NEVES, Dulce Raquel; OLIVEIRA, Vitor Manuel. **Sobre o texto**: considerações teóricas para práticas textuais. Porto: Asa, 2001.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de comunicação**. 8. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2001.

ROCHA, Harrison da. **Um novo paradigma de revisão de texto**: discurso, gênero e multimodalidade. Brasília, 2012. 246 f. Tese (Doutorado em Linguística)– Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

